



CIDADÃO

PARTICIPA

**Plataforma digital para o diálogo nacional inclusivo
em Moçambique**

Relatório Mensal

30 de Junho – 30 de Julho de 2026

Conteúdo

Lista de Abreviaturas	3
1. Sumario	4
2. Quanto ao Acesso/Utilização da Plataforma	5
3. Quanto a Capacitação dos Actores Chave sobre a Plataforma	5
4. Quanto aos Usuários da Plataforma	6
5. Principais Contribuições dos Cidadãos para o Processo	7
5.1. Assuntos Eleitorais.....	8
5.2. Assuntos sobre Descentralização e Desconcentração	8
5.3. Assuntos sobre Reconciliação e Unidade Nacional.....	9
5.4. Assuntos de Justiça	9
5.5. Assuntos Fiscais	10
5.6. Assuntos sobre Recursos Naturais.....	10
5.7. Assuntos sobre Defesa e Segurança	10
5.8. Assuntos da Administração Pública e Despartidarização	10
5.9. Assuntos de Justiça	11
5.10. Assuntos Fiscais.....	11
5.11. Assuntos Constitucionais	11
5.12. Assuntos Económicos	11
6. Considerações Finais	12
7. Anexo:	13

Lista de Abreviaturas

IMD	Instituto para Democracia Multipartidária
MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
CIUEM	Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane
DNI	Diálogo Nacional Inclusivo
USSD	Dados de Serviço Suplementar Não Estruturados
ONU Mulheres	Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o empoderamento das Mulheres
SMS	Serviço de Mensagens Curtas
FDS	Forças de Defesa e Segurança
BRT	Bus Rapid Transit (Transporte rápido por autocarro)
AMM	Área Metropolitana de Maputo
AMT	Agência Metropolitana de Transportes
EGFAE	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
COTE	Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo

1. Sumário

O presente relatório enquadra-se no âmbito do projecto “Cidadão Participa”, coordenado pelo consórcio composto pelo líder do consórcio, Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), Fundação Mecanismo de Apoio às Organizações da Sociedade Civil (MASC), Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) e organização de Barcelona Decidim, e conta com o financiamento da Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento. O projecto surge num contexto marcado pela necessidade de fortalecer a confiança nas instituições democráticas, promover reformas de governação e ampliar os espaços de participação do cidadão em Moçambique.

Neste sentido, a plataforma digital “Cidadão Participa” foi concebida como uma ferramenta de participação cidadã ao serviço do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), permitindo aos cidadãos contribuir activamente para os debates sobre reformas constitucionais, governação, descentralização, reconciliação nacional e outros temas de interesse público.

Através desta plataforma, as contribuições dos cidadãos são recolhidas, sistematizadas e canalizadas à Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), contribuindo para que diferentes sensibilidades, perspectivas e propostas da sociedade moçambicana possam ser consideradas no processo de construção de consensos nacionais.

A plataforma constitui, assim, um mecanismo complementar e permanente de auscultação pública, reforçando a participação cidadã para além dos encontros presenciais realizados no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI).

Na sequência dos relatórios anteriormente produzidos, apresenta-se o terceiro relatório de monitoria das contribuições submetidas pelos cidadãos através da plataforma Cidadão Participa. O presente documento sistematiza e analisa as contribuições registadas entre 30 de junho e 30 de julho de 2026, evidenciando as principais tendências, preocupações e recomendações apresentadas pelos cidadãos relativamente às áreas temáticas em consulta no âmbito do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo.

2. Quanto ao Acesso/Utilização da Plataforma

A participação na plataforma é através de dois canais principais: via chatbot de WhatsApp ou através da plataforma web.

O acesso via WhatsApp é efectuado por meio do número +258 844308393. Para participar, o cidadão deve guardar o número no seu telefone, enviar uma mensagem de “Olá” e seguir as instruções apresentadas pelo sistema, seleccionando a opção “Participar”, escolhendo uma das propostas disponíveis, inserindo o seu comentário e enviando a sua contribuição. Após o envio, o comentário passa a estar imediatamente visível na plataforma. Alternativamente, os cidadãos podem participar através do navegador, acedendo à plataforma Cidadão Participa pelo link: <https://www.cidadao-participa.org.mz/>. Neste caso, o utilizador deve criar um perfil simples com endereço de e-mail e senha, entrar no processo “Diálogo Nacional Inclusivo”, aceder à secção “Propostas”, identificar a proposta na qual pretende participar, consultar os principais resultados da auscultação e as questões orientadoras do debate, e submeter o seu comentário.

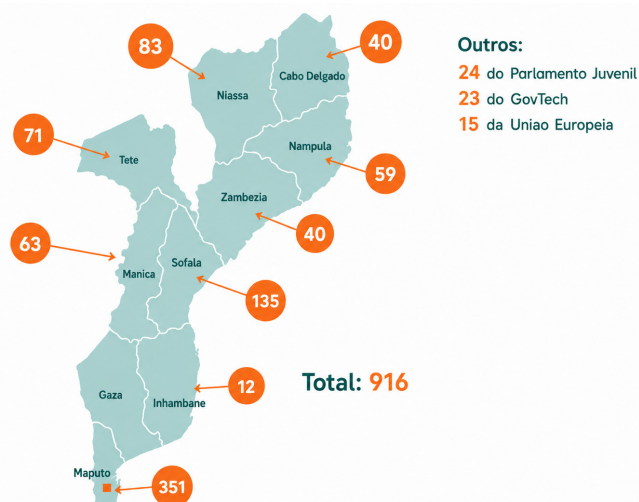
3. Quanto a Capacitação dos Actores Chave sobre a Plataforma

Durante o período em análise, deu-se continuidade às actividades de divulgação e capacitação sobre a plataforma Cidadão Participa, através de encontros presenciais, sessões virtuais e formações dirigidas a diferentes actores. Estas iniciativas tiveram como objectivo promover o conhecimento sobre a plataforma e incentivar a participação dos cidadãos no Processo do Diálogo Nacional Inclusivo.

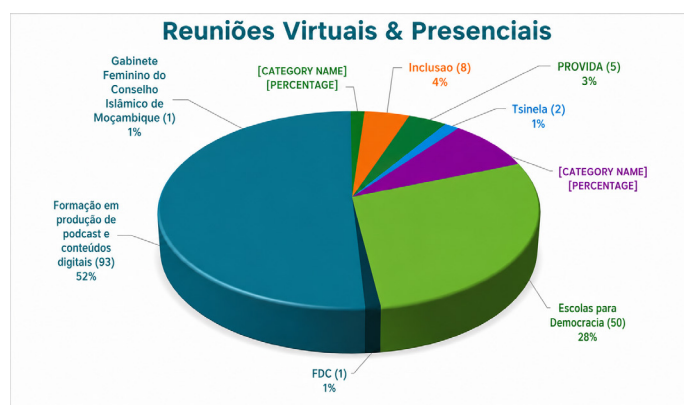
Ao longo das diferentes actividades, foram apresentadas as funcionalidades da plataforma, incluindo o acesso às propostas temáticas, consulta de documentos e relatórios, submissão de comentários através da plataforma web e utilização do cha-

tbot integrado ao WhatsApp.

Até ao momento, as acções de disseminação da plataforma abrangeram 916 participantes em diferentes províncias do país, representando um acréscimo de 159 participantes em relação ao período de reporte anterior.



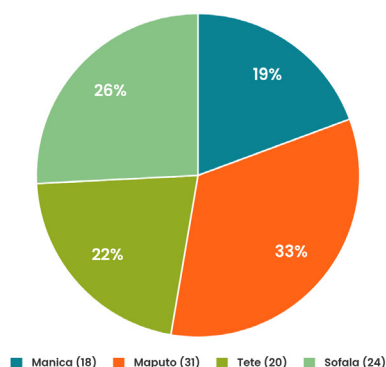
No período em análise, foram realizadas sessões de apresentação da plataforma junto de diferentes organizações, nomeadamente a ONU Mulheres (1 participante), PROVIDA (5 participantes) e Inclusão (8 participantes), entre outras.



Paralelamente às reuniões virtuais, o IMD realizou igualmente outras actividades de capacitação e sensibilização presenciais junto de diferentes actores. Nas províncias de Sofala, Manica, Tete e Maputo Niassa, foram realizadas as formações em produção

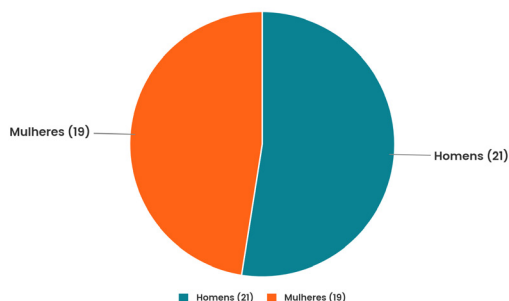
de podcast e conteúdos digitais que contou com a participação de 93 participantes.

Formação em Produção de Podcast e Conteúdos Digitais



No âmbito das Escolas para a Democracia, foi igualmente realizada uma formação sobre Democracia e Cidadania Digital para Associações de Estudantes em Maputo, envolvendo 50 participantes, dos quais 21 homens e 19 mulheres.

Formação em Democracia e Cidadania Digital para Associações de Estudantes em Maputo



Adicionalmente, durante a Conferência sobre a Arquitectura de Paz em Moçambique, a plataforma foi apresentada numa sessão paralela dedicada ao papel dos media, tecnologia e artes para a paz, tendo participado 16 pessoas.

Como complemento às actividades presenciais e virtuais, foi implementada a iniciativa “Pergunta do Dia”, através da qual eram divulgadas diariamente questões relacionadas às propostas da Plataforma na página do Facebook do IMD e em diferentes grupos de WhatsApp. Cada publicação incluía o link da plataforma e o contacto do chatbot, convidando os cidadãos a submeterem os seus comentários através do Cidadão Participa.

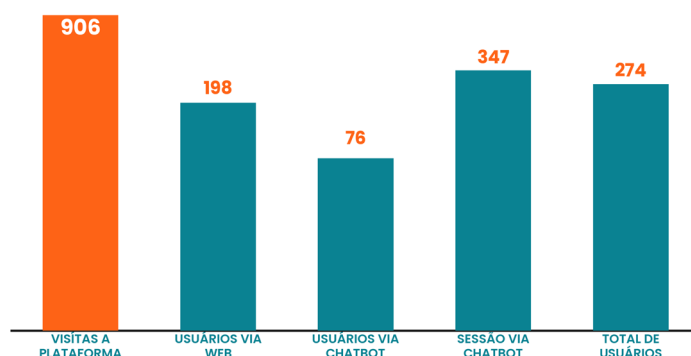
Esta iniciativa permitiu aumentar o alcance das propostas em consulta, mas evidenciou igualmente alguns desafios. Verificou-se que muitos cidadãos optaram por partilhar as suas opiniões directamente nas caixas de comentários das redes sociais ou nos grupos de WhatsApp, sem proceder ao respectivo registo e submissão da contribuição na plataforma. Em vários casos, mesmo após contactos de acompanhamento efectuados pela equipa, os utilizadores não concluíram o processo de participação.

4. Quanto aos Usuários da Plataforma

Entre 30 de Junho e 30 de Julho de 2026, a plataforma Cidadão Participa registou 274 novos utilizadores, dos quais 198 acederam através da plataforma web e 76 através do chatbot de WhatsApp. Durante o mesmo período foram contabilizadas 906 visitas à plataforma e 347 sessões via chatbot.

Embora o número de visitas tenha sido inferior ao observado no período anterior, verificou-se um crescimento expressivo no número de novos utilizadores registados, demonstrando que as actividades de divulgação continuaram a gerar novas adesões à plataforma.

Usuários



Usuários da Plataforma

Indicador	29 de Maio – 29 de Junho	30 de Junho – 20 de Julho	Total
Visitas a plataforma	2780	906	3686
Usuários via web	93	198	291
Usuários via chatbot	40	76	116
Sessão via chatbot	133	347	480
Total de usuários	133	274	407

Os dados evidenciam que a plataforma web continua a ser o principal canal de registo dos utilizadores, enquanto o chatbot de WhatsApp mantém um papel relevante como mecanismo complementar de participação. Os indicadores confirmam igualmente que a combinação entre actividades presenciais, divulgação digital e utilização do chatbot continua a contribuir para o crescimento da plataforma e para o alargamento dos mecanismos de participação dos cidadãos.

Apesar destes resultados, verifica-se que existe ainda um desfasamento entre o número de cidadãos alcançados pelas acções de divulgação e o número daqueles que efectivamente concluem o processo de registo e submetem contribuições. Durante o período em análise, as 906 visitas registadas na plataforma não se traduziram integralmente em novos utilizadores ou comentários, demonstrando a necessidade de reforçar estratégias de conversão e acompanhamento dos cidadãos interessados.

As publicações da iniciativa “Pergunta do Dia” confirmaram igualmente esta tendência. Em diversas ocasiões, os utilizadores responderam às questões directamente nas caixas de comentários do Facebook, mesmo quando as publicações continham o link da plataforma e o contacto do chatbot, acompanhados do convite para que as opiniões fossem submetidas através do Cidadão Participa.

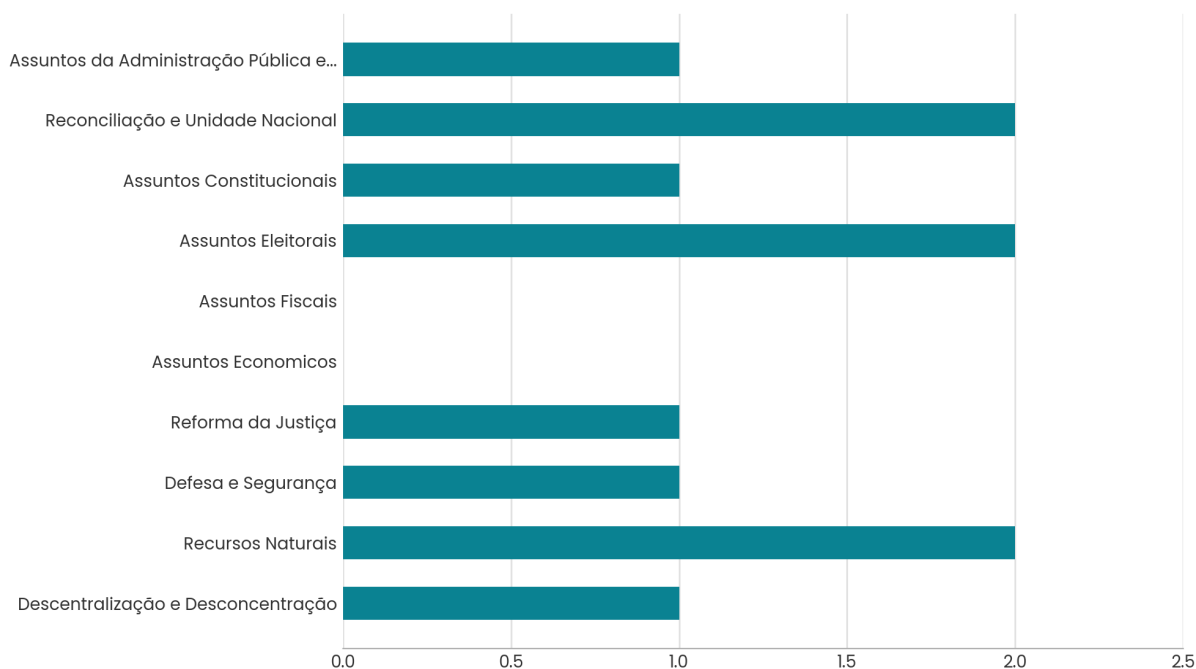
Foi igualmente observado que alguns comentários publicados nas redes sociais apresentavam um tom crítico ou desencorajador relativamente ao processo, poden-

do influenciar a disposição de outros cidadãos para participar. Este contexto reforça a importância de continuar a investir em estratégias de comunicação e sensibilização que promovam confiança na plataforma e incentivem uma participação mais activa e construtiva.

5. Principais Contribuições dos Cidadãos para o Processo

No período em análise, a plataforma registou 11 contribuições distribuídas por oito das dez áreas temáticas em consulta no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo, evidenciando uma participação mais abrangente dos cidadãos nas diferentes propostas de reforma. As áreas de Recursos Naturais, Reconciliação e Unidade Nacional e Assuntos Eleitorais concentraram o maior número de contribuições, com 2 comentários cada, representando 18,2% do total de participações registadas em cada uma destas áreas. Por sua vez, as áreas de Assuntos Constitucionais, Reforma da Justiça, Defesa e Segurança, Descentralização e Desconcentração e Administração Pública e Despartidarização registaram 1 comentário cada, correspondendo a 9,1% das contribuições. As áreas de Assuntos Fiscais e Assuntos Económicos não registaram comentários durante o período em referência.

Comentários



De forma geral, as contribuições refletiram o interesse dos cidadãos em matérias relacionadas com o reforço da separação de poderes, a reforma do sistema eleitoral, a gestão sustentável dos recursos naturais, a independência do sistema de justiça, a despartidarização da Administração Pública, a melhoria da mobilidade urbana, o fortalecimento da reconciliação nacional e o aprofundamento das reformas eleitorais e institucionais.

5.1. Assuntos Eleitorais

Durante o período em análise foram registadas duas contribuições na área dos Assuntos Eleitorais, centradas na necessidade de uma reforma profunda do sistema eleitoral.

Os utilizadores da Plataforma defenderam que reformas graduais realizadas anteriormente não foram suficientes para responder aos desafios existentes, propondo uma revisão mais abrangente da arquitetura eleitoral, incluindo maior descentralização política, administrativa e financeira, bem como maior autonomia dos níveis provincial e distrital.

Foram igualmente apresentadas propostas relacionadas com o reforço da transparência dos processos eleitorais, incluindo a utilização de sistemas tecnológicos mais seguros para a contagem e processamento dos resultados, com vista a reduzir riscos de manipulação e aumentar a confiança pública.

Uma das contribuições sugeriu ainda o agravamento das penalizações associadas à fraude eleitoral, considerando que práticas desta natureza podem contribuir para instabilidade política e social.

De forma geral, os utilizadores associaram o fortalecimento da democracia à necessidade de garantir eleições mais transparentes, credíveis e inclusivas, capazes de reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

5.2. Assuntos sobre Descentralização e Desconcentração

Durante o período em análise foi registada uma contribuição relacionada com os desafios da mobilidade urbana na Área Metropolitana de Maputo, apresentada como

uma questão central para a governação local e qualidade de vida dos cidadãos.

O utilizador da Plataforma Cidadão Participa destacou as dificuldades enfrentadas diariamente pelos cidadãos devido às limitações do actual sistema de transporte público, incluindo a dependência do sector informal, a falta de integração entre diferentes modalidades de transporte e os impactos sociais e económicos associados aos longos períodos de deslocação.

Como proposta, o utilizador defendeu a implementação acelerada do sistema Bus Rapid Transit (BRT) como uma solução estrutural para melhorar a mobilidade metropolitana, complementada por soluções tecnológicas associadas ao conceito de cidades inteligentes. Foi igualmente sugerida a utilização de ferramentas digitais para permitir aos passageiros acompanhar, em tempo real, informações sobre horários, lotação e circulação dos transportes.

O utilizador propôs ainda a integração dos operadores de transporte informal ("chapas") como parceiros estratégicos, através da criação de rotas alimentadoras que permitam uma ligação mais eficiente entre bairros periféricos e os principais corredores de transporte.

De forma geral, a contribuição associou a descentralização e governação local à capacidade das instituições públicas responderem de forma eficaz aos desafios urbanos, defendendo uma abordagem integrada, tecnológica e sustentável para a mobilidade na Área Metropolitana de Maputo.

5.3. Assuntos sobre Reconciliação e Unidade Nacional

Durante o período em análise foram registadas duas contribuições na área de Reconciliação e Unidade Nacional, destacando a importância do diálogo, inclusão e reformas estruturais para a consolidação da paz em Moçambique.

Os utilizadores da Plataforma Cidadão Participa defenderam que a construção de uma paz sustentável depende da implementação de reformas capazes de promover maior inclusão, descentralização e transparência na gestão dos recursos públicos. Foi igualmente salientada a necessidade de garantir maior equidade, incluindo a igualdade de género, como elemento fundamental para fortalecer a coesão social.

Uma das contribuições destacou especificamente a relevância da reconciliação nacional como condição necessária para o desenvolvimento sustentável do país.

De forma geral, os utilizadores associaram a reconciliação nacional ao fortalecimento da inclusão, justiça social, descentralização e criação de condições para uma paz duradoura.

5.4. Assuntos de Justiça

Durante o período em análise foi registada uma nova contribuição na área temática da Justiça, relacionada com a necessidade de reforçar a autonomia e independência do sistema judicial.

O utilizador da Plataforma Cidadão Participa manifestou apoio à proposta de autonomização do sistema judicial, defendendo a atribuição de maior independência administrativa, financeira e na escolha dos dirigentes dos órgãos judiciais. Foi igualmente defendida a limitação da participação de profissionais que não sejam magistrados na composição dos órgãos de gestão do sistema judicial.

A contribuição evidencia a percepção de que o fortalecimento da independência institucional constitui um elemento essencial para garantir maior confiança dos cidadãos na justiça e assegurar um funcionamento mais eficaz das instituições judiciais.

5.5. Assuntos Fiscais

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições relacionadas com os Assuntos Fiscais.

5.6. Assuntos sobre Recursos Naturais

Durante o período em análise foram registadas duas contribuições relacionadas com os Recursos Naturais, com enfoque na necessidade de reforçar a protecção ambiental e melhorar a governação do sector.

Os utilizadores da Plataforma Cidadão Participa defenderam a realização de uma revisão abrangente da legislação aplicável aos recursos naturais, com vista a garantir uma exploração mais sustentável e responsável. Foram destacadas preocupações relacionadas com a preservação das florestas, prevenção do desflorestamento e necessidade de desenvolver políticas públicas orientadas para boas práticas ambientais.

Foi igualmente mencionada a importância de enfrentar os conflitos entre seres humanos e animais, através da implementação de medidas de mitigação que protejam simultaneamente as comunidades e os ecossistemas. Os utilizadores defenderam ainda a adopção de acções destinadas a responder aos efeitos das mudanças climáticas e promover uma maior educação ambiental junto da população.

Uma das contribuições registadas limitou-se a manifestar apoio à iniciativa Cidadão Participa, demonstrando uma apreciação positiva da criação de um espaço digital para participação cidadã no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo.

De forma geral, as contribuições reforçaram a importância de conciliar o aproveitamento dos recursos naturais com a conservação ambiental, a educação ecológica e a participação das comunidades na gestão sustentável do património natural.

5.7. Assuntos sobre Defesa e Segurança

Durante o período em análise foi registada uma nova contribuição na área de Defesa e Segurança, centrada na necessidade de reforçar a independência e profissionalização das instituições de defesa.

O utilizador da Plataforma Cidadão Participa defendeu a despartidarização das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, argumentando que a interferência político-partidária nas instituições de segurança pode comprometer a sua imparcialidade e eficácia.

A contribuição destacou a importância de garantir que as instituições de defesa actuem de forma profissional e orientada pelo interesse nacional, reforçando a confiança dos cidadãos nas estruturas responsáveis pela segurança do Estado.

5.8. Assuntos da Administração Pública e Despartidarização

Durante o período em análise foi registada uma contribuição relacionada com a necessidade de reforçar a transparência, o mérito e a integridade na Administração Pública.

O utilizador da Plataforma Cidadão Participa defendeu a implementação de sistemas digitais de recrutamento e promoção de funcionários públicos, de forma a garantir processos mais transparentes, justos e baseados nas competências dos candidatos.

A contribuição destacou igualmente preocupações relacionadas com práticas de nepotismo, favoritismo e corrupção na função pública, considerando que estas continuam a limitar oportunidades para cidadãos qualificados e comprometem a eficiência institucional. Foi também referida a necessidade de fortalecer os mecanismos de responsabilização e promover uma cultura administrativa baseada na ética e no mérito.

De forma geral, o utilizador associou a reforma da Administração Pública à necessidade de modernização dos processos, combate às práticas de favorecimento e criação de uma função pública mais profissional e inclusiva.

5.9. Assuntos de Justiça

Durante o período em análise foi registada uma nova contribuição na área temática da Justiça, relacionada com a necessidade de reforçar a autonomia e independência do sistema judicial.

O utilizador da Plataforma Cidadão Participa manifestou apoio à proposta de autonomização do sistema judicial, defendendo a atribuição de maior independência administrativa, financeira e na escolha dos dirigentes dos órgãos judiciais. Foi igualmente defendida a limitação da participação de profissionais que não sejam magistrados na composição dos órgãos de gestão do sistema judicial.

A contribuição evidencia a percepção de que o fortalecimento da independência institucional constitui um elemento essencial para garantir maior confiança dos cidadãos na justiça e assegurar um funcionamento mais eficaz das instituições judiciais.

5.10. Assuntos Fiscais

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições relacionadas com os Assuntos Fiscais.

5.11. Assuntos Constitucionais

Durante o período em análise foi registada uma nova contribuição na área temática dos Assuntos Constitucionais, centrada na necessidade de reforçar o equilíbrio de poderes e promover maior independência das instituições do Estado.

O utilizador da Plataforma Cidadão Participa defendeu a redução da concentração de competências no Presidente da República, propondo uma maior intervenção

da Assembleia da República nos processos de nomeação de magistrados e reitores de universidades públicas, ou que estas nomeações sejam realizadas pelos próprios pares sempre que aplicável.

A contribuição destacou igualmente a necessidade de avançar com medidas de despartidarização do Estado, defendendo que os órgãos de soberania devem funcionar com maior independência e separação institucional. No âmbito da reforma eleitoral, o utilizador propôs a reestruturação e despartidarização dos órgãos de gestão eleitoral, bem como o estabelecimento de prazos constitucionais mais rigorosos para a publicação dos resultados eleitorais e para a tomada de posse dos órgãos eleitos.

De forma geral, a contribuição associou o fortalecimento do Estado de Direito ao reforço dos mecanismos de equilíbrio institucional, independência dos órgãos públicos e melhoria da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

5.12. Assuntos Económicos

Durante o período em análise não foram registadas novas contribuições relacionadas com os Assuntos Económicos.

6. Considerações Finais

O presente relatório demonstra que a plataforma Cidadão Participa continua a afirmar-se como um importante mecanismo de participação pública no âmbito do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo, proporcionando aos cidadãos um espaço acessível para apresentar opiniões e recomendações sobre as principais propostas de reforma nacional.

Durante o período em análise, registou-se um crescimento do número acumulado de utilizadores da plataforma e a continuidade das actividades de divulgação e capacitação promovidas pelo IMD, que contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a plataforma junto de diferentes actores da sociedade. As iniciativas presenciais, as sessões virtuais e a implementação da estratégia Pergunta do Dia permitiram aumentar o alcance das propostas em consulta e estimular o debate público em torno das reformas em discussão.

Não obstante estes resultados, os dados evidenciam que persistem desafios na conversão do interesse demonstrado pelos cidadãos em participação efectiva na plataforma. Embora as redes sociais e os grupos de WhatsApp tenham registado um nível considerável de interacção, uma parte significativa dos cidadãos continua a preferir partilhar as suas opiniões nesses espaços, sem formalizar as suas contribuições através da plataforma ou do chatbot.

As contribuições submetidas durante o período revelam um interesse particular por temas relacionados com o reforço das instituições democráticas, a reforma do sistema eleitoral, a gestão sustentável dos recursos naturais, a reconciliação nacional, a modernização da Administração Pública e a melhoria dos serviços públicos. A diversidade das matérias abordadas demonstra que os cidadãos procuram participar activamente na construção de propostas para o futuro do país.

Para os próximos períodos, será importante reforçar as estratégias de disseminação digital e presencial, simplificar o percurso de participação dos utilizadores e continuar a desenvolver mecanismos que incentivem a submissão de comentários directamente na plataforma. Paralelamente, importa consolidar parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de ensino, órgãos de comunicação social e influenciadores digitais, de forma a ampliar o alcance da plataforma e contribuir para uma participação cidadã mais ampla, informada e representativa no Processo do Diálogo Nacional Inclusivo.

7. Anexo:

Síntese das Principais Contribuições Recebidas na Plataforma Cidadão Participa

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Defesa e Segurança	Despartidarização das Forças de Defesa e Segurança e reforço da sua profissionalização e independência institucional.	1 (1 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Assuntos Fiscais	Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise.	0
Recursos Naturais	- Revisão da legislação do sector. - Combate ao desflorestamento. - Mitigação dos conflitos homem-animal. - Educação ambiental e adopção de medidas de resposta às mudanças climáticas.	2 (1 via WhatsApp; 1 via plataforma)
Assuntos Constitucionais	Reforço da separação de poderes, redução da concentração de competências no Presidente da República, despartidarização dos órgãos de soberania e reforma dos órgãos de administração eleitoral.	1 (0 via WhatsApp; 1 via plataforma)
Assuntos Económicos	Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise.	0
Assuntos Eleitorais	- Realização de uma reforma profunda do sistema eleitoral. - Maior descentralização política e administrativa. - Agravamento das sanções para fraude eleitoral. - Utilização de soluções tecnológicas para aumentar a transparência e credibilidade do processo eleitoral	2 (1 via WhatsApp; 1 via plataforma)
Reforma da Justiça	Reforço da autonomia administrativa, financeira e institucional do sistema judicial, assegurando maior independência dos órgãos de justiça.	1 (1 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Administração Pública e Despartidarização	- Digitalização dos concursos públicos. - Fortalecimento da meritocracia. - Combate ao nepotismo, favoritismo e corrupção na Administração Pública.	1 (1 via WhatsApp; 0 via plataforma)

Descentralização e Desconcentração	• Reforçar a autonomia dos Governadores Provinciais e clarificar competências entre Governadores e Secretários de Estado. • Evitar conflitos institucionais entre os diferentes órgãos de governação local. • Promover uma descentralização efectiva orientada para o desenvolvimento local. • Aproximar a tomada de decisão das comunidades e fortalecer a governação local. • Devolver maiores competências aos Governadores Provinciais, enquanto representantes eleitos, e reduzir a duplicação de funções entre órgãos do Estado.	1 (0 via WhatsApp; 1 via plataforma)
Reconciliação e Unidade Nacional	• Promoção da inclusão, descentralização, equidade de género e gestão transparente dos recursos como condições para uma paz duradoura e desenvolvimento sustentável.	2 (2 via WhatsApp; 0 via plataforma)



CIDADÃO PARTICIPA

Financiado por:



Implementadores:



IMD-Instituto para Democracia Multipartidária

Av. Lucas Elias Kumato nº 61, Bairro da Sommershield, Maputo/Moçambique
Escritório: + 258 84 306 6565 | imd.org.mz | www.imd.org.mz